

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GENERALI BRASIL SEGUROS S.A.

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013. Estas demonstrações foram realizadas comparativamente ao mesmo período de 2012, relativamente ao Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa, e estão acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes.

Perfil: A Generali Brasil Seguros é uma empresa seguradora dos ramos de Vida e Danos, controlada 100% pelo Grupo Generali. A Companhia está presente em vinte estados brasileiros, no Distrito Federal, além da sede, no Rio de Janeiro, há escritórios regionais em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e mais trinta e três filiais. O Grupo Generali controla uma das maiores seguradoras da Europa, com um total de € 69,6 bilhões em prêmios em 2012. Com mais de 80.000 colaboradores em todo o mundo e aproximadamente 65 milhões de clientes nos 60 países onde atua, o Grupo Generali é líder de mercado na Europa Ocidental e vem aumentando sua participação nos mercados do Centro e Leste Europeu e da Ásia.

Conjuntura econômica: As previsões do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicam que a economia global crescerá 3,6% em 2014 na Zona do Euro o crescimento deve ser próximo de 1%, na China 7,5% e nos Estados Unidos 3%. Para a América Latina as análises indicam um crescimento na ordem de 3,2% para 2014, antes 2,6% de 2013. As principais ameaças estão no resultado das eleições para o Parlamento Europeu, onde o comportamento do bloco frente às ameaças dos últimos anos será avaliado, na mudança da Presidência da Federal Reserve e no comportamento da economia chinesa – novo termômetro mundial. Para o Brasil, o FMI indica um crescimento próximo de 2,3%, taxa inferior a esperada para a economia mundial. De acordo com os analistas do Fundo, esta performance é afetada pela demanda interna, que segue mais fraca do que o esperado, e pela redução no preço das commodities que afetam diretamente a balança comercial brasileira. Os investimentos esperados na área de infraestrutura na esteira da realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 estão atrasados, não devendo refletir na economia neste ano. Este também será um ano de eleições, onde provavelmente não deverão ocorrer reestruturações estruturais. A boa notícia vem do índice de desemprego, no ano de 2013 o Brasil terminou o ano com apenas 4,3% – com mais de 11 milhões de brasileiros registrados – uma redução de 7 pontos neste índice em 11 anos. A inadimplência teve uma redução de 2% em relação ao ano de 2012, resultado do maior rigor das instituições na concessão de crédito. O mesmo comportamento foi observado no volume de cheques devolvidos e na inadimplência de dívidas

não bancárias – todas apresentando redução. Contrariando as expectativas oficiais o índice de inflação de 2013 foi superior ao do ano anterior, 5,91% antes 5,84%, tendo o grupo de alimentação e bebidas o maior impacto. A meta de inflação do governo brasileiro para 2014 é de 4,5%, mas para especialistas as perspectivas são acima de 5,5%, com a taxa de juros superando 11%. A CNSeg (Confederação Nacional de Seguros) estima para 2014 um crescimento de 12,8% nos Seguros Gerais, um pouco abaixo dos 14,3% projetados para 2013. A carteira de automóvel aumentou 19% até o mês de novembro em relação a 2012. **Generali:** A estratégia de aumento da capilaridade teve sequência em 2013, expandimos nossa presença por toda a região Nordeste, pelos principais estados da região Norte e interior dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul – este processo terá sequência em 2014. As vendas superaram o orçamento e apresentaram um crescimento de 97% sobre o realizado no mesmo período de 2012. Os números de 2013 são maiores em todas as linhas de negócio, com destaque para os seguros de automóvel e patrimonial corporativo. Novos produtos foram lançados e outros foram reformulados, seguindo a estratégia de inovação. **Processos:** A fim de suportar o crescimento e modernizar os serviços, os processos internos têm evoluído constantemente, seguindo as melhores práticas mundiais do Grupo Generali.

Desempenho econômico: Em 2013 aumentamos nosso volume de prêmios emitidos em 96,6%, comparado com o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 853 milhões. Este crescimento está baseado nos produtos das linhas automóveis e corporativos. A sinistralidade foi reduzida em 8 p.p. em relação ao período anterior. Houve redução também no comissionamento, decorrente da melhor distribuição do mix de produtos. A taxa das despesas administrativas foi reduzida em 7 p.p. fruto de um trabalho extenso de revisão dos processos e contratos e ganho de escala como resultado do forte aumento da receita. Conforme previsto no nosso plano de crescimento, o resultado do ano, apesar de negativo, apresentou significativa melhoria em relação ao mesmo período do ano anterior, indicando que a Companhia está no caminho para a retomada da lucratividade. Um sinal deste melhoramento é, que apresentamos o break-even no último trimestre 2013. O cenário para o próximo ano é bastante favorável, desde a melhoria na base operacional, passando pela evolução nas metodologias de subscrição e melhoria na distribuição.

Agradecimentos: Agradecemos a todos os segurados que nos confiaram suas conquistas, aos corretores que nos indicaram como solução a seus clientes e aos profissionais que veem se dedicando a reestruturação da Generali. Nosso agradecimento também aos acionistas pelo apoio e confiança em nossa administração. Agradecemos ainda as entidades e autoridades ligadas às nossas atividades. Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014. **Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012 - Em milhares de reais

ATIVO	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Circulante	1.058.496	642.515	458.994
Disponível	17.610	9.231	2.715
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.610	9.231	2.715
Aplicações (Nota 7)	435.129	268.926	200.498
Títulos de renda fixa	-	1.308	10.965
Quotas de fundos de investimento	435.127	267.618	189.533
Outras aplicações	2	-	-
Crédito das operações com seguros e resseguros	400.535	202.445	114.957
Prêmios a receber (Nota 8)	373.407	178.035	85.199
Operações com seguradoras	583	211	81
Operações com resseguradoras (Nota 9.1)	22.135	17.006	18.065
Outros créditos operacionais	4.410	7.193	11.612
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas (Nota 16)	108.061	116.174	113.472
Títulos e créditos a receber	2.199	5.520	3.511
Títulos e créditos a receber	197	2.386	750
Créditos tributários e previdenciários	1.205	2.054	2.017
Outros créditos	797	1.080	744
Outros valores e bens (Nota 10)	25.193	6.222	2.841
Empréstimos e depósitos compulsórios	37	18	15
Despesas antecipadas	35	88	57
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	69.697	33.891	20.928
Não circulante	49.751	44.601	43.461
Realizável a longo prazo	35.251	35.107	34.693
Aplicações (Nota 7)	486	567	524
Outras aplicações	486	567	524
Títulos e créditos a receber	34.765	34.540	34.169
Títulos e créditos a receber	2.612	5.502	6.330
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 15)	32.153	29.038	27.839
Investimentos (Nota 12)	261	1.722	2.878
Participações societárias	202	1.663	1.653
Imóveis destinados a renda	-	-	1.166
Outros investimentos	59	59	59
Imobilizado (Nota 13)	7.860	5.982	3.247
Imóveis de uso próprio	183	389	397
Bens móveis	5.802	4.053	2.752
Outras imobilizações	1.875	1.540	98
Intangível (Nota 14)	6.379	1.789	2.643
Outros intangíveis	6.379	1.789	2.643
Total do ativo	1.108.247	687.115	502.455

PASSIVO	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Circulante	866.988	551.491	411.894
Contas a pagar	39.847	20.556	33.672
Obrigações a pagar	13.200	5.202	11.740
Impostos e encargos sociais a recolher	20.499	9.634	6.295
Encargos trabalhistas	3.875	2.744	2.396
Impostos e contribuições	1.490	1.991	6.428
Outras contas a pagar	783	985	6.813
Débitos de operações com seguros e resseguros	93.815	62.020	51.851
Prêmios a restituir	489	-	-
Operações com seguradoras	1.641	645	2.178
Operações com resseguradoras (Nota 9.2)	38.457	34.158	34.391
Corretores de seguros e resseguros	50.845	24.664	13.196
Outros débitos operacionais	2.383	2.553	2.086
Depósitos de terceiros	30.459	7.896	5.818
Provisões técnicas - seguros (Nota 16)	702.867	461.019	320.553
Danos	626.474	365.304	257.953
Pessoas	76.393	95.715	62.600
Não circulante	2.997	10.863	2.280
Contas a pagar	60	294	294
Tributos diferidos	60	294	294
Outros débitos (Nota 15)	2.937	10.569	1.986
Patrimônio líquido (Nota 19)	238.262	124.761	88.281
Capital social	323.611	233.611	169.339
Aumento de capital em aprovação	84.484	45.000	29.272
Reserva de reavaliação	90	166	254
Prejuízos acumulados	(169.923)	(154.016)	(110.584)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.108.247	687.115	502.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Prêmios emitidos líquidos	853.165	433.954
Variações das provisões técnicas	(157.497)	(83.741)
Prêmios ganhos (Nota 20)	695.668	350.213
Receita com emissão de apólices	(47)	5.752
Sinistros ocorridos	(484.216)	(269.722)
Custos de aquisição (Nota 22(a))	(102.761)	(55.441)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 22(b))	(5.139)	1.291
Resultado com resseguro (Nota 22(c))	(40.554)	(12.914)
Receita com resseguro	51.420	56.911
Despesa com resseguro	(91.974)	(69.825)
Despesas administrativas (Nota 22(d))	(103.681)	(76.405)
Despesas com tributos (Nota 22(e))	(16.587)	(9.487)
Resultado financeiro (Nota 22(f))	35.999	20.450
Resultado patrimonial (Nota 22(g))	(378)	(24)
Resultado operacional	(21.696)	(46.287)
Ganhos com ativos não correntes	8.376	3.848
Resultado antes dos impostos e participações	(13.320)	(42.439)
Participações sobre o resultado	(2.713)	(1.081)
Prejuízo do exercício	(16.033)	(43.520)
Prejuízo por ação (expresso em R\$ por ação)	(156.727)	(0.010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(16.033)	(43.520)
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	(50)	-
Total do resultado abrangente do exercício	(16.083)	(43.520)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(16.033)	(43.520)
Ajustes para	(6.194)	10.776
Depreciação e amortizações	1.738	1.713
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(7.633)	8.584
Ganho na venda de imobilizado e imóveis destinados a renda	-	(3.848)
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	3.279	4.327
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(3.578)	-
Variação nas contas patrimoniais	(90.150)	(37.247)
Ativos financeiros	(166.122)	(68.470)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos	(197.317)	(85.232)
Ativos de resseguro	8.207	(2.339)
Créditos fiscais e previdenciários	849	(37)
Despesas antecipadas	54	(33)
Outros ativos	(44.542)	(15.573)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.115)	(1.199)
Fornecedores e outras contas a pagar	19.510	(17.003)
Impostos e contribuições	501	4.439
Débitos de operações de seguros e resseguros	32.063	9.900
Depósitos de terceiros	22.563	(2.077)
Provisões técnicas - seguros	237.199	140.377
Caixa consumido pelas operações	(112.377)	(69.991)
Dividendos recebidos	(12)	1.025
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(112.389)	(71.016)
Atividades de investimento		
Alienação de investimento	(1.474)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.752)	(3.756)
Alienação de imobilizado	1.509	1.288
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	8.717	(2.468)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	129.484	80.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	129.484	80.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.379	6.516
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.231	2.715
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.610	9.231
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.379	6.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 - Em milhares de reais

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Capital a integralizar	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2012 (reapresentado)	169.339	29.272	-	254	(110.584)	88.281
Aumento de capital - 08/2011	29.272	(29.272)	-	-	-	-
Aumento de capital - 05/2012	35.000	-	-	-	-	35.000
Aumento de capital - 08/2012	-	45.000	-	-	-	45.000
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Realização parcial da reserva de reavaliação líquida de impostos	-	-	-	(88)	88	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(43.520)	(43.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	233.611	45.000	-	166	(154.016)	124.761
Aumento de capital - 08/2012	45.000	(45.000)	-	-	-	-
Aumento de capital - 05/2013	45.000	-	-	-	-	45.000
Aumento de capital - 10/2013	-	34.306	-	-	-	34.306
Aumento de capital - 12/2013	-	50.178	-	-	-	50.178
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(76)	126	50
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(16.033)	(16.033)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	323.611	84.484	-	90	(169.923)	238.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012 - Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Generali Brasil Seguros S.A., ("Generali" ou "Seguradora") controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador italiano, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo social operar com seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor. A Seguradora, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, consolidou o processo de reorganização da estrutura organizacional de forma a fortalecer os seus processos operacionais e a Governança Corporativa. A Administração da Seguradora tem um plano estruturado de aumento das receitas com o objetivo de acelerar o processo de retomada da rentabilidade. O plano estratégico para o próximo triênio já prevê a retomada da lucratividade da seguradora. O plano estratégico prevê um acelerado ritmo de crescimento, levando a Seguradora a ocupar nos próximos anos posições cada vez mais destacadas no mercado segurador nacional. Os resultados apresentados nos últimos trimestres demonstram o firme propósito da Administração para o alcance de tais objetivos. A Seguradora conta ainda com o total apoio de seus acionistas, que vêm suprindo os recursos necessários para suportar o forte ritmos de crescimento das operações, na direção da retomada da lucratividade e mantendo os níveis de solvência adequados, de acordo com as políticas do Grupo Generali e com os requerimentos legais. As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração da Generali em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de conformidade e mudança de prática contábil: As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 464/2013 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), doravante ("práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP"). A Circular nº 464, emitida em 1º de março de 2013, dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2013, revogando a Circular SUSEP nº 430/2012. As alterações introduzidas pela nova Circular impactaram as informações comparativas relativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 1º de janeiro de 2012 (31 de dezembro de 2011), consequentemente, as referidas informações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas de acordo com os requerimentos do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As alterações das práticas contábeis resultaram nos seguintes impactos para a Seguradora em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012: a) **Reversão da Provisão Complementar de Prêmios ("PCP"):** Em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, o saldo da PCP registrado pela Seguradora em seu passivo circulante na rubrica "Provisões técnicas - seguros" era de R\$2.229 (R\$572 em 1º de janeiro de 2012), foi integralmente revertido pela Seguradora, resultando em uma redução do ativo circulante no montante de R\$94 (R\$457 em 1º de janeiro de 2012) por meio da rubrica "Ativos de resseguro - provisões técnicas" e aumento do patrimônio no montante de R\$2.135 (R\$115 em 1º de janeiro de 2012). O impacto produzido na demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.020, o qual se encontra demonstrado a seguir. b) **Registro das apólices emitidas antecipadamente:** As apólices emitidas antecipadamente que anteriormente eram registradas em contas de compensação até o início de vigência, passam a ser registradas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado a partir da data de sua emissão. Essa alteração não produziu qualquer efeito no patrimônio líquido, da Seguradora em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012. Referido registro das apólices emitidas antecipadamente resultou em um aumento do ativo circulante e do passivo circulante no montante de R\$1.218, impactando as rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros" e "Provisões técnicas - seguros", respectivamente. Adicionalmente, tanto o ativo quanto o passivo foram aumentados em R\$268, em função das comissões calculadas sobre os valores das apólices emitidas antecipadamente, impactando as rubricas "Custos de aquisição diferidos" e "Débitos de operações com seguros e resseguros", respectivamente. O resultado da vigência futura no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não está demonstrado no ajuste, pois é imaterial. c) **Reclassificação dos salvados relacionados a sinistros avisados e ainda não liquidados:** Os valores correspondentes aos salvados da Seguradora registrados em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 relacionados a sinistros avisados e ainda não liquidados na referida data foram reclassificados para o passivo circulante. Essa alteração não produziu qualquer efeito no patrimônio líquido, da Seguradora em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012. Referida reclassificação resultou em uma diminuição do ativo circulante e do passivo circulante no montante de R\$3.639 (R\$2.147 em 1º de janeiro de 2012), impactando as rubricas "Outros valores e bens" e "Provisões técnicas - seguros", respectivamente. Demonstramos a seguir os impactos produzidos por esta Circular no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, bem como na demonstração do resultado e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Balanço patrimonial em 31/12/2012	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Ativo circulante	644.762	(2.247)	642.515
Disponível	9.231	-	9.231
Aplicações	268.926	-	268.926
Créditos das operações com seguros e resseguros	201.227	1.218	202.445
Ativos de resseguro - provisões técnicas	116.268	(94)	116.174
Títulos e créditos a receber	5.520	-	5.520
Outros Valores e Bens	9.861	(3.639)	6.222
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	18	-	18
Despesa Antecipada	88	-	88
Custos de aquisição diferidos	33.623	268	33.891
Ativo não circulante	44.600	-	44.600
Realizável à longo prazo	35.107	-	35.107
Aplicações	567	-	567
Títulos e créditos a receber	34.540	-	34.540
Investimentos	1.722	-	1.722
Imobilizado	5.982	-	5.982
Intangível	1.789	-	1.789
Total do ativo	689.362	(2.247)	687.115
Passivo			
Circulante	555.873	(4.382)	551.491
Contas a pagar	20.556	-	20.556
Débitos de operações com seguros e resseguros	61.752	268	62.020
Depósitos de terceiros	7.896	-	7.896
Provisão técnica seguros e resseguros	465.669	(4.650)	461.019
Passivo não circulante	10.863	-	10.863
Contas a pagar	294	-	294
Outros débitos	10.569	-	10.569
Patrimônio líquido	122.626	2.135	124.761
Total do passivo e patrimônio líquido	689.362	(2.247)	687.115

Demonstração do resultado do exercício findo em 31/12/2012	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Prêmios emitidos líquidos	433.954	-	433.954
Variação das provisões técnicas	(85.761)	2.020	(83.741)
Receita de emissão de apólices	5.752	-	5.752
Sinistros ocorridos	(269.722)	-	(269.722)
Custo de aquisição	(55.441)	-	(55.441)
Outras receitas e despesas operacionais	1.291	-	1.291
Resultado com resseguro	(12.914)	-	(12.914)
Despesas administrativas	(76.405)	-	(76.405)
Despesas com tributos	(9.487)	-	(9.487)
Resultado financeiro	20.450	-	20.450
Resultado patrimonial	(24)	-	(24)
Resultado não operacional	3.848	-	3.848
Participações sobre o resultado	(1.081)	-	(1.081)
Prejuízo do exercício	(45.540)	2.020	(43.520)

Demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	Saldos originalmente apresentados (reapresentados)	Ajustes	Saldos (reapresentados)
Atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(45.540)	2.020	(43.520)
Ajustes para	10.776	-	10.776
Depreciação e amortizações	1.713	-	1.713
Constituição (reversão) de provisão para contingências	8.584	-	8.584
Ganho na venda de imobilizado e imóveis destinados a renda	(3.848)	-	(3.848)
Perda por redução do valor recuperável dos ativos	4.327	-	4.327
Reversão de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	-	-	-
Variação nas contas patrimoniais	(35.227)	(2.020)	(37.247)
Ativos financeiros	(68.470)	-	(68.470)
Créditos das operações de seguros, incluindo			
ativos oriundos de contratos	(85.232)	-	(85.232)
Ativos de resseguro	(2.339)	-	(2.339)
Créditos fiscais e previdenciários	(37)	-	(37)
Despesas antecipadas	(33)	-	(33)
Outros ativos	(15.573)	-	(15.573)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.199)	-	(1.199)
Fornecedores e outras contas a pagar	(17.003)	-	(17.003)
Impostos e contribuições	4.439	-	4.439
Débitos de operações de seguros e resseguros	9.900	-	9.900
Depósitos de terceiros	(2.077)	-	(2.077)
Provisões técnicas - seguros	142.397	(2.020)	140.377
Provisões judiciais	-	-	-
Caixa consumido pelas operações	(69.991)	-	(69.991)
Juros Pagos	-	-	-
Dividendos recebidos	(1.025)	-	(1.025)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(71.016)	-	(71.016)
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.756)	-	(3.756)
Alienação de imobilizado	1.288	-	1.288
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.468)	-	(2.468)
Atividades de financiamento			
Aumento de capital	80.000	-	80.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	80.000	-	80.000
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	6.516	-	6.516
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.715	-	2.715
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.231	-	9.231
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	6.516	-	6.516

Balanço patrimonial em 01/01/2012	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos reapresentados
Ativo circulante	461.598	(2.604)	458.994
Disponível	2.715	-	2.715
Aplicações	200.498	-	200.498
Créditos das operações com seguros e resseguros	114.957	-	114.957
Ativos de resseguro - provisões técnicas	113.929	(457)	113.472
Títulos e créditos a receber	3.511	-	3.511
Outros Valores e Bens	4.988	(2.147)	2.841
Empréstimos e Depósitos Compulsórios	15	-	15
Despesa Antecipada	57	-	57
Custos de aquisição diferidos	20.928	-	20.928
Ativo não circulante	43.461	-	43.461
Realizável à longo prazo	34.693	-	34.693
Aplicações	524	-	524
Títulos e créditos a receber	34.169	-	34.169
Investimentos	2.878	-	2.878
Imobilizado	3.247	-	3.247
Intangível	2.643	-	2.643
Total do ativo	505.059	(2.604)	502.455
Passivo			
Circulante	414.613	(2.719)	411.894
Contas a pagar	33.672	-	33.672
Débitos de operações com seguros e resseguros	51.851	-	51.851
Depósitos de terceiros	5.818	-	5.818
Provisão técnica seguros e resseguros	323.272	(2.719)	320.553
Passivo não circulante	2.280	-	2.280
Contas a pagar	294	-	294
Outros débitos	1.986	-	1.986
Patrimônio líquido	88.166	115	88.281
Total do passivo e patrimônio líquido	505.059	(2.604)	502.455

2.2. Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (ii) **Títulos disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos, que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. O ajuste a valor justo é contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, respectivo dos efeitos tributários, sendo reconhecidos no resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos. (iii) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguro", "Contas a receber" e "Demais contas a receber". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado e debitados dos custos da transação à demonstração do

resultado para todos os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no exercício em que ocorrem. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Seguradora de receber pagamentos. A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado (*impaired*). 2.4.3. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.4.4. **Impairment de ativos financeiros:** (i) *Ativos negociados ao custo amortizado:* A Seguradora avalia ao final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados pela Seguradora para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem, mas não se limitam: • Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e • Dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. A Seguradora avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito, para segurados pessoa-física e 180 dias, limitados a certos valores de resseguro e depósitos em processo de identificação, para segurados pessoa-jurídica. No caso de prêmios a receber, essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros e cosseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito. Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos, em consonância com determinações da SUSEP, está adequada e reflete o histórico de perdas incorridas. (ii) *Ativos classificados como disponíveis para venda:* A Seguradora avalia, no final de cada exercício de apresentação de relatórios, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Seguradora usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ativos classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por *impairment* ter sido reconhecido em lucro ou prejuízo, o prejuízo por *impairment* é revertido por meio da demonstração do resultado. 2.5. Ativos relacionados a resseguros: A cessão de resseguros é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos de resseguro com os resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. Os ativos relacionados a resseguros também são submetidos a teste de *impairment*, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (vide política na Nota 3). 2.6. Contratos de seguro: Considerando-se que o foco do CPC 11 - Contrato de Seguros ("CPC 11") é nos contratos de seguro em que há transferência de risco significante, faz-se necessária, preliminarmente, a definição de contrato de seguro para uma melhor distinção entre contratos de seguro e investimento. Segundo definido pelo CPC 11, contrato de seguro é um contrato segundo o qual uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o segurado), aceitando indenizar o segurado no caso de um evento específico, futuro e incerto (evento segurado), afetar adversamente o segurado. Não são, portanto, contratos de seguro: • Os contratos de investimento que têm a forma legal de um contrato de seguro, mas não expõem a Seguradora a um risco significativo. • Os contratos de resseguro financeiro. • Os contratos (como os contratos de jogos) que exigem um pagamento se ocorrer um evento futuro e incerto especificado, mas que não têm como condição prévia contratual para o pagamento que o evento afete adversamente o detentor. Dessa forma, todos os contratos dos produtos comercializados pela Seguradora na presente data são classificados como contratos de seguro, de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 11, aprovado pela SUSEP, estando, desta forma, sujeitos a teste de adequação dos passivos como determina este mesmo pronunciamento e quando requerido pela SUSEP. Como guia geral, risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. A Seguradora criou uma área para atendimento e relacionamento com os clientes, onde os assistentes e executivos possuem autonomia de resolução das demandas operacionais que normalmente ocorrem durante as vigências dos contratos corporativos. Teste de adequação do passivo: O CPC 11 introduziu o teste de adequação do passivo que consiste na avaliação do passivo da Seguradora, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros líquidos de despesas de comercialização diferidas relacionadas e ativos intangíveis relacionados dos contratos de seguro, até o final da vigência para todos os riscos vigentes na data-base. As regras e os procedimentos para a elaboração do teste foram instituídos pela Circular SUSEP nº 457/2012, que revogou a Circular SUSEP nº 410/2010. A Seguradora realizou o cálculo do LAT em 31 de dezembro de 2013 e os resultados indicaram a adequação das provisões de sinistros e a não necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC). 2.7. **Intangível:** O ativo intangível é representado por gastos com implantação de sistemas operacionais. Ressalta-se que os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de sistemas são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a sistemas identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. 2.8. **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas parcelas dos custos relacionados à corretagem de seguro na aquisição de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu, sendo apropriadas ao resultado conforme a vigência decorrida. Os custos de aquisição diferidos são compostos basicamente por custo de comercialização (comissões a corretores). O prazo médio de diferimento é de 12 meses em linha com o diferimento dos prêmios (PPNG) e com a composição da carteira da Companhia, que está concentrada em automóveis. 2.9. **Imobilizado:** O ativo imobilizado compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso, em geral, é demonstrado ao custo histórico. Os imóveis de uso próprio (terreno e edifício) são demonstrados ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2004 com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados ao item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação (a.a)	Anos
Edificações	4%	25
Móveis, máquinas e utensílios	10%	10
Equipamentos de informática	20%	5
Veículos	20%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo. 2.10. **Impairment de ativos não financeiros:** Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs). 2.11. **Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias e depósitos judiciais:** A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pa-

gamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Seguradora constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados como descrito a seguir: 2.11.1. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento. 2.11.2. **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, complexidade e jurisprudência, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não há qualquer tipo de provisão ou divulgação. 2.11.3. **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo. 2.12. **Provisões técnicas - seguros e resseguros:** Os normativos previstos na legislação vigente que instituem regras, procedimentos e dispõem sobre a forma de cálculo para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras, são a Resolução CNSP nº 281/2013, em vigor desde 30 de janeiro de 2013 e Circular SUSEP nº 462/2013, em vigor desde 31 de janeiro de 2013, e disposições complementares. 2.12.1. **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG):** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. Esta provisão é obtida a partir da parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério *pro rata die* para todos os ramos de seguros. A partir de setembro de 2013, a Seguradora adotou a redução dos custos iniciais de contratação do prêmio base de cálculo da PPNG. 2.12.2. **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em estudo técnico atuarial, cuja metodologia de cálculo encontra-se escrita em nota técnica atuarial definida pelo atuário responsável da Seguradora, em consonância com a Resolução CNSP nº 281/2013 e Circular SUSEP nº 462/2013. 2.12.3. **Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) foi introduzida pela Circular SUSEP nº 462/2013 e deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas de prêmios, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. 2.12.4. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** (i) Processos administrativos: É constituída para a cobertura dos valores esperados a pagamentos de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos é apurada com base em metodologia definida pela Seguradora em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL. (ii) Processos judiciais: É estimada a partir da análise do departamento jurídico da seguradora ao receber a citação de um novo processo, avaliando-se a probabilidade de perda e o valor máximo de responsabilidade, considerando-se na análise, o pedido do autor, os subsídios técnicos, as provas, o capital segurado e a jurisprudência. 2.12.5. **Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR):** A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. A provisão é calculada de acordo com os métodos atuariais previstos na nota técnica atuarial e contempla estimativa para os valores relativos a indenizações e despesas, considerando os sinistros administrativos e judiciais. A expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na provisão de IBNR. A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR sobre operações de retrocessão foi calculada e informada pelo ressegurador. 2.12.6. **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) foi introduzida pela Circular SUSEP nº 462/2013 e é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não. 2.12.7. **DPVAT:** São constituídas Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados (IBNR) e Provisão para Despesas Administrativas (PDA), no seguro de Danos Provocados por Veículos Automotores de vias Terrestres (DPVAT), com base exclusivamente em informes emitidos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., administradora do consórcio DPVAT. 2.13. **Capital social:** As ações ordinárias emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido, quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos adicionais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. O montante total do capital pertencente aos acionistas domiciliados no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil. De acordo com as disposições estatutárias, cada ação corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. 2.14. **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte: • Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura ou a emissão de apólice, o que ocorrer antes, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. O imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. • As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nos informes recebidos da Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. • A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. • Os juros cobrados sobre os prêmios fracionados são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. • As receitas de dividendos de investimentos são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. 2.15. **Principais tributos:** As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. 3. **Estimativas e premissas contábeis críticas:** Políticas contábeis são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados. Algumas dessas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Seguradora adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os títulos e valores mobiliários avaliados pelo valor de mercado, as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização das estimativas e julgamentos utilizados na avaliação dos assuntos mencionados nos tópicos adiante, quais sejam: de passivos de seguros, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, cálculo de recuperabilidade do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. 3.1. **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** Os passivos de seguros da Seguradora são obtidos, conforme a provisão, a partir de metodologias que visam fixar a melhor estimativa necessária para a sua constituição. Considerando as incertezas intrínsecas à sua determinação, podemos considerar como sendo uma etapa crítica na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. A Seguradora utiliza fontes de informação internas e externas relacionadas à experiência passada e indicadores que possam auxiliar nas tomadas de decisões da administração, contando com o subsídio dos atuários da Seguradora para a definição de premissas que indiquem a melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras para tais obrigações. 3.2. **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras. Na determinação e no registro de estimativas contábeis, a Seguradora tem por base pareceres de seus consultores jurídicos especialistas em cada área, evolução dos processos e status de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos. 3.3. **Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros:** A Seguradora aplica as regras de análise do valor recuperável e recuperabilidade dos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados. A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. 3.4. **Estimativas de valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. 4. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os *stakeholders*, a exemplo de acionistas, investidores, clientes,

empregados, fornecedores etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação dos riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de controles internos e *compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos da Seguradora permite que os riscos de seguro, crédito, liquidez e mercado sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. **4.1. Risco de seguro:** O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares e vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta ou indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. O risco de seguro geral inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes. **4.1.1. Estratégia de subscrição:** A Seguradora tem todas as suas políticas de subscrição descritas em Manuais Técnico Operacionais dos diversos produtos. Eles estabelecem os critérios de subscrição, de precificação, de enquadramento e classificação dos riscos e os chamados *guidelines*. Tais manuais, além de serem um instrumento de trabalho dos subscritores, estão disponíveis a qualquer funcionário da Seguradora na intranet, podendo ser consultado a qualquer momento por qualquer um. Um *check list* e uma série de requisitos são exigidos para a avaliação de cada tipo de risco, respeitando-se as características de cada um. Se requisitos importantes de qualificação e que possam permitir a melhor análise e classificação do risco não são atendidos, o risco deverá ser recusado. Além das características intrínsecas ao risco que se quer segurar, são avaliadas as experiências pretéritas do risco e de seus gestores. A qualidade na gestão e proteção do risco e a situação econômico-financeira são também analisadas e assumem maior ou menor peso, de acordo com o tipo do risco, o segmento inserido e o montante a segurar. A precificação é um importante requisito para uma correta subscrição, de modo a garantir o equilíbrio atuarial da Seguradora e que cumprirá todos os seus compromissos com os Segurados. Entretanto, a precificação, por si só, ainda que aparentemente adequada e atuarialmente sustentável, pode não ser suficiente para a garantia da saúde financeira da Seguradora; Neste contexto, a correta análise e diagnóstico do risco e sua adequada classificação, considerados os seus aspectos como o potencial de causar danos ou de ser consumido em decorrência de eventos futuros e incertos não são menos importantes. **4.1.2. Estratégia de resseguro:** Como forma de reduzir o risco, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, mas sempre mantendo a nossa retenção em níveis autorizados pela Superintendência, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias. **4.1.3. Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:** O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento, os quais sejam: (a) análises de sensibilidade; (b) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (c) casamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, anualmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. Os principais segmentos de gestão de riscos de seguro estão estruturados entre os ramos de atuação da Seguradora. **4.2. Riscos de seguros gerais:** O risco de seguros gerais inclui a possibilidade razoável de perdas significativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos eventos resultantes, sinistros imprevisíveis resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. Os departamentos técnicos da Seguradora monitoram e avaliam a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros. Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômicos e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. Visão geral das principais linhas do grupo de negócio: **4.2.1. Seguros de pessoas:** A Seguradora opera unicamente com apólices coletivas destinadas, principalmente, a cobrir empregados, sendo seu maior foco os grupos de empregado/empregador. São nossos alvos preferenciais as empresas médias e pequenas além do segmento de empresas multinacionais, aproveitando a rede mundial da Generali. As coberturas oferecidas são as tradicionais, cabendo destaque para o Pós-Vida, seguro que garante a realização dos serviços funerários, sem a necessidade de desembolso por parte dos beneficiários do segurado. Trata-se de produto de alto valor agregado. Outros serviços de assistência são ainda agregados ao seguro de vida de acordo com a opção do contratante. A carteira da Seguradora atende a um importante segmento de empresas multinacionais. **4.2.2. Seguro de automóvel:** A Seguradora opera nos ramos de Casco, Responsabilidade Civil Facultativa - RCF e Acidentes Pessoais Passageiros - APP. Atualmente, tem sede na cidade do Rio de Janeiro e escritórios regionais em São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba, 9 sucursais nas principais cidades e vários escritórios de representação em todo Brasil. A Seguradora disponibiliza a comercialização dos seus produtos para pessoas físicas e jurídicas, esta última concentrada na modalidade de frotas, onde é disponibilizada a contratação para veículos de passeio, picapes e caminhões utilizados em atividades comerciais e profissionais. Para os negócios individuais, a Seguradora restringe a contratação para veículos de passeio e picapes. Nos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2013, a modalidade de frota representou 43% da carteira, os negócios individuais representaram 41%, enquanto os grupos de afinidade representaram 16%. Quanto a gestão de riscos, adota-se mecanismos que possibilitam uma melhor aceitação, proporcionando uma carteira saudável com mais segurança e visando à maximização da rentabilidade para seus administradores. Partindo desta premissa, busca-se sanear a carteira, adotando políticas de subscrição mais rigorosas, além de automatizar a análise e aceitação do risco através de árvore de decisão que permite padronizar os processos que envolvam o gerenciamento do risco. O sistema corporativo está parametrizado para consultas a bases externas, que possibilitam um conhecimento mais detalhado do risco em análise, dentro da política de aceitação, com intuito de maximizar o retorno para a Seguradora. A Seguradora tem como política de gerenciamento dos riscos da carteira de automóvel a instalação de equipamentos de proteção com funções de rastreamento, bloqueio e de localização, para determinados segmentos. Esta gestão tem o intuito de minimizar o efeito do roubo e furto, nos segmentos com elevado prêmio de risco de roubo/furto. Além disso, a Seguradora estabelece como pilares estatísticos e atuariais, premissas como a utilização de bases de dados internos e externos disponibilizados pelo mercado para determinação de um modelo de custo, considerando as frequências e os danos médios de sinistros por naturezas, sustentando a construção de prêmios comerciais com intuito de obtenção de um equilíbrio econômico financeiro para a carteira de automóveis. Cabe ressaltar que a Seguradora adota rotinas de testes de aderência do modelo para avaliar os impactos nos resultados, seguindo uma metodologia de simulação da carteira a valor presente objetivando diagnósticos de correções tarifárias e projeções. **4.2.3. Transportes:** A Seguradora opera com produtos destinados, principalmente a cobrir operações de embarcadores (proprietários de mercadorias) e transportadores rodoviários de cargas e aéreas, de acordo com as normas de aceitação e manual de procedimentos desta Seguradora. Seguro de Embarcadores: Cobertura adequada para os bens ou mercadorias de empresas de vários segmentos, nas viagens nacionais ou internacionais, realizadas por via aérea, aquaviária ou terrestre. O segurado terá a proteção de uma cobertura adequada aos riscos da viagem e a condição de venda, estipulada na negociação. O seguro poderá ser contratado para uma viagem única (apólice avulsa) ou para várias viagens (apólice aberta). Seguro de Transportadores Rodoviários: Cobertura adequada ao pagamento das reparações pecuniárias em virtude dos danos materiais sofridos pelas mercadorias ou bens de terceiros entregues ao transportador e que esteja sob sua responsabilidade, em casos de acidentes rodoviários. Os transportadores poderão contratar, opcionalmente, um seguro de RCF-DC (Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga), com o objetivo de proteger as transportadoras de cargas contra perdas e danos decorrentes de roubo ou desaparecimento de carga. Seguro de Transportadores Aéreos: Cobertura adequada ao pagamento das reparações pecuniárias em virtude dos danos materiais sofridos pelas mercadorias ou bens de terceiros entregues ao transportador e que esteja sob sua responsabilidade, em casos de acidentes ou desaparecimento de carga nos embarques aéreos. **4.2.4. Seguro de ramos elementares:** A Seguradora oferece ampla gama de produtos focados nos segmentos residencial, empresarial, condominial, equipamentos, responsabilidade civil, riscos de engenharia e embarcações de recreio. **4.2.4.1. Multiriscos:** A Seguradora oferece um leque de produtos denominados multiriscos que obedecem a tarifas próprias conforme o segmento de atuação de cada segurado. Dentro do conceito multiriscos, cada respectivo produto é composto das mais variadas coberturas voltadas para o atendimento das necessidades de proteção dos segurados frente aos mais variados tipos de risco. Trata-se de um leque de coberturas onde o cliente opta por aquelas de sua escolha (sendo a básica uma conjugação de Incêndio/Queda de Raio/Explosão/Queda de Aeronaves) estipulando seus respectivos Limites Máximos de Indenização (LMI), que correspondem ao valor máximo a ser indenizado para a reposição de seus bens. Conforme o tipo de cobertura, os produtos preveem limites máximos de LMI a serem contratados, que definem o nível máximo de exposição que se pretende assumir, além de franquias próprias que visam uma coparticipação do segurado nos respectivos prejuízos indenizáveis na ocorrência de sinistros. Dentro deste conceito, os produtos multiriscos se diferenciam em: • Residencial: Possui coberturas específicas voltadas para diferentes tipos de residências, sejam casas ou apartamentos, habituais ou de veraneio. São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, perda/pagamento de aluguel, responsabilidade civil familiar, roubo de bens entre outras. • Empresarial: Possui coberturas específicas voltadas para os mais variados tipos de atividades empresariais dos segmentos da indústria, comércio e serviços e dos mais variados portes (pequena, média e grande empresa). São exemplos de coberturas adicionais: danos elétricos, vendaval, responsabilidade civil operações, despesas fixas, recomposição de registros e documentos, roubo de bens, roubo de valores, entre outras. • Condomínio: Seguro específico para riscos de condomínios residenciais, comerciais e mistos com coberturas específicas do segmento. São exemplos de coberturas adicionais: vendaval, responsabilidade civil (incluindo síndico), vidros, roubo de bens, responsabilidade civil portões, entre outras. Estes produtos obedecem a tarifas próprias obtidas através da experiência de suas respectivas carteiras, medida através das bases de dados da Seguradora. O processo de subscrição segue critérios que avaliam as características de cada risco onde são considerados além do estado de uso e conservação do local, outros pontos conforme o tipo de seguro a ser contratado, como por exemplo: região de localização, tipo de proteção patrimonial existente, condições da vizinhança, isolamentos internos, possibilidade máximas de perdas conforme planta envolvida, entre outros. Os preços dos seguros são determinados conforme o tipo de risco em questão, como por exemplo, tipos de residência, tipos de atividade empresarial desenvolvida, tipos de condomínio, e vão se tornando personalizados à medida que os riscos vão se diferenciando por outras características como, por exemplo, boa experiência de sinistralidade, variedade de meios de proteção contra acidentes, sua localidade, tipo de construção, entre outros. Os produtos residencial e empresarial contam ainda com um amplo leque de serviços de assistência que oferece opções como chaveiros, eletricitistas, encanadores, *checkup* domiciliar, etc.. **4.2.5. Demais ramos:** A Seguradora conta também outros produtos de ramos elementares para o atendimento das necessidades de seus clientes. **4.2.5.1. Responsabilidade Civil ("RC"): A**

Seguradora oferece a seus clientes dos mais variados segmentos empresariais, seja indústria, comércio ou serviço, um produto que conta com amplo leque de coberturas, como por exemplo, RC operações, RC empregador, RC produtos, RC garagista, RC prestação de serviços em locais de terceiros entre outras. Neste quesito, diversos pontos são avaliados durante a subscrição como as características de cada atividade, experiência em seu segmento, boa sinistralidade, porte, indicadores de qualidade, entre outros. **4.2.5.2. Riscos diversos:** Seguro composto das mais diversas modalidades de cobertura patrimonial, onde a Seguradora possui foco em riscos ligados a equipamentos, sejam estacionários (geradores e fotocopiadoras, por exemplo) ou móveis (tratores, retroescavadeiras e empilhadeiras, por exemplo) e obras de arte. Trata-se de uma tarifa específica onde as características e aplicação de cada equipamento fazem parte dos pontos a serem considerados durante a precificação do seguro. O processo de subscrição leva em conta uma série de fatores sobre o equipamento, tais como idade, conservação, vida útil, tipo de proteção patrimonial existente, região de atuação, severidade de uso, entre outros. **4.2.5.3. Risco de engenharia:** A Seguradora oferece leque de coberturas voltado para seguro de obras civis e instalações e montagens, tais como básica (danos causados à obra), tumultos, equipamentos, despesas extraordinárias, entre outras. Trata-se de tarifa específica onde as características de cada obra determinam a melhor formação do seguro. Durante a subscrição, diversos fatores são avaliados para fins de aceitação e melhor dimensionamento do seguro como tipo de obra, experiência do construtor, topografia de terreno, tipo de solo, entre outros. **4.2.5.4. Embarcações de recreio:** Trata-se de um produto voltado para o atendimento a clientes possuidores de embarcações de recreio de diversos tipos e portes, sejam a vela ou a motor. Prevê um leque de coberturas amplo e ajustado ao tipo de risco que se apresenta, tais como básica (que conjuga perda total, roubo/furto qualificado, assistência e salvamento e avaria parcial), responsabilidade civil, transporte terrestre, participação em feira/exposição, entre outras. Para fins de subscrição, uma série de pontos são avaliados como experiência do navegador, se associados a marinas/iate-clubes, região de navegação, se cumpre com as normas de segurança legais, entre outras. Todos os produtos aqui descritos possuem suas respectivas coberturas e planos de resseguro devidamente dimensionados, cujas modalidades e retenções são definidas conforme o perfil e tipo de carteira específica. **4.3. Risco financeiro:** A exposição do risco financeiro está diretamente ligada a sua carteira de aplicação financeira. Buscando mitigar o risco adotamos uma política de conservadorismo, onde 98% dos investimentos estão concentrados em títulos públicos federais, além de levarmos em consideração os instrumentos regulatórios estipulados pelo órgão regulador bem como a conjuntura econômica vigente que será determinante para avaliar o risco e a rentabilidade dos ativos. A política de gestão do risco financeiro - definida em reuniões do Comitê de investimentos, alinhada com as políticas do Grupo Generali - estabelece os limites apropriados de risco e assegura que estes sejam seguidos a fim de evitar perdas decorrentes de oscilações de preços de mercado que venham a impactar os resultados de forma adversa. A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria da Seguradora e visa proteger e assegurar os ganhos. **4.4. Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são: • Ativos financeiros; • Ativos de resseguro; e • Prêmios de seguros. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica. **Exposições ao risco de crédito:** A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA/A	Sem rating	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	17.610	17.610
Títulos privados.....	2	-	-	2
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	36.662	-	-	36.662
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	361.237	-	-	361.237
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	24.692	-	-	24.692
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	2.984	-	-	2.984
Quotas de fundos de investimento aberto.....	9.552	-	-	9.552
Aplicações financeiras disponíveis para venda..	-	-	486	486
Prêmios a receber de segurados.....	-	-	373.407	373.407
Ativos de resseguro.....	-	22.135	-	22.135
Exposição máxima ao risco de crédito.....	435.129	22.135	391.503	848.767

Composição de carteira por classe e por categoria contábil	AAA	AA/A	Sem rating	31/12/2012 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa.....	-	-	9.231	9.231
Títulos privados.....	1.308	-	-	1.308
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	30.758	-	-	30.758
Quotas de fundo de investimento exclusivo				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	200.829	-	-	200.829
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	23.046	-	-	23.046
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	147	-	-	147
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	3.307	-	-	3.307
Quotas de fundos de investimento aberto.....	9.531	-	-	9.531
Aplicações financeiras disponíveis para venda..	-	-	567	567
Prêmios a receber de segurados.....	-	-	178.035	178.035
Ativos de resseguro.....	-	17.006	-	17.006
Exposição máxima ao risco de crédito.....	268.926	17.006	187.833	473.765

4.5. Risco de liquidez: O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. (i) **Gerenciamento de risco de liquidez:** O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizado na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração, considerando as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em aplicações com incidência de juros, depósito a prazo e fundos de títulos públicos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender as responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, 98% da carteira da seguradora está aplicada em ativos de alta liquidez. (ii) **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. Os passivos financeiros da Seguradora, compostos, na sua maioria, basicamente por provisões técnicas de seguros, possuem seus vencimentos alocados em um prazo inferior a 12 meses, alinhados com as características dos produtos comercializados pela Seguradora. Por este motivo, os instrumentos financeiros - aplicações financeiras, prêmios a receber e ativos de resseguro - são alocados na sua maioria com prazos similares, até 12 meses, de forma a minimizar riscos de liquidez. **4.6. Risco de câmbio:** A Seguradora opera internacionalmente em operações do ramo de transporte internacional e operações de resseguro. A viabilização é feita através da conta em moeda estrangeira. A Administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação a moeda funcional. A área de Tesouraria administra as posições na conta em moeda estrangeira de forma a fazer frente às obrigações de médio prazo, evitando assim a exposição das posições. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas, contabilmente, para a moeda funcional da Seguradora, utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Eventuais ganhos ou perdas de conversão de saldos, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do exercício. **4.7. Risco de mercado:** (i) **Gerenciamento de risco de mercado:** O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. (ii) **Controle do risco de mercado:** O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. É feita a co-gestão do fundo exclusivo para garantir o enquadramento do investimento para atender liquidez, segurança e rentabilidade. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área Financeira através da co-gestão da política de investimento a ser cumprida pelo gestor de recursos, garantindo a otimização dos resultados, avaliando os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, os limites de *Value at Risk (Var)* e a liquidez. **Teste de sensibilidade:** As aplicações financeiras oferecidas em garantia das reservas técnicas da Seguradora estão integralmente registradas na Central de Títulos Privados - CETIP, sob a custódia do Banco Santander. A totalidade dos ativos está vinculada às reservas técnicas e são integralmente aplicados conforme as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado. Com base em análises de cenários a Seguradora define mudanças razoáveis nas taxas de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 25 % de aumento/redução no custo de oportunidade dos ativos financeiros - taxa de juros do mercado. Seguem os efeitos: **Impacto no resultado financeiro:**

Premissas	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
Agravo 25% CDI.....	2.423	1.800
Redução 25% CDI.....	(1.454)	(1.081)



Generali Brasil Seguros S.A.

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel. (21) 2508-0100

Impacto no resultado: Para efeito de testes de sensibilidade, foram utilizadas as premissas de 10% de aumento/redução na sinistralidade. Seguem os efeitos:

Premissas	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Resultado líquido sem agravos.....	(16.033)	(43.520)	-
Com agravos 10% sinistralidade global.....	(85.600)	(78.339)	-
Com redução 10% sinistralidade global.....	53.534	(8.701)	-
5. Caixa e equivalentes de caixa			
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Caixa.....	22	25	21
Bancos conta movimento.....	17.588	9.206	2.694
	17.610	9.231	2.715

6. Instrumentos financeiros	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Aplicações financeiras a valor justo por meio de resultado	435.129	268.926	200.498
Aplicações financeiras disponíveis para venda.....	486	567	524
Caixa e equivalentes de caixa.....	17.610	9.231	2.715
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	400.535	204.784	114.957
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	108.061	116.631	113.472
Títulos e créditos a receber.....	36.964	40.060	37.680
	998.784	640.199	469.846
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Outros passivos financeiros			
Obrigações a pagar.....	13.200	5.202	11.740
Débitos das operações com seguros e resseguros ..	93.815	62.020	51.851
	107.015	67.222	63.591

7. Aplicações financeiras - circulante e não circulante	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Circulante			
Quotas de fundo de investimento exclusivo			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	361.237	200.829	152.110
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	24.692	23.046	2.452
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	-	147	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	2.984	3.307	-
Quotas de fundos de investimentos.....	9.552	9.531	10.007
Quotas de fundo de investimento renda fixa - DPVAT..	36.662	30.758	24.964
Outras aplicações.....	2	1.308	10.965
	435.129	268.926	200.498
Não circulante			
Outras aplicações.....	486	567	524
	486	567	524

Os ativos financeiros são aplicados no mercado conforme as premissas de liquidez/concentração estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em linha com a definição de risco do Grupo Generali e carregados a valor justo segundo os critérios abaixo: • Preços cotados em mercados para ativos idênticos; • O valor de mercado de títulos públicos foi baseado no "preço unitário de mercado - PU" informado pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA nas datas de balanço e com base no PU da 550 do SELIC, divulgado diariamente pelo BACEN; • As quotas dos fundos de investimento são baseadas nas informações transferidas pelo administrador do fundo para o agente custodiante no CETIP, nas datas do balanço; e • Os títulos privados são precificados segundo o "PU" divulgado pelo emissor do papel, na data do balanço. **7.1. Títulos a valor justo por meio do resultado:** O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor justo das aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado eram os seguintes:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
			(reapresentado)		(reapresentado)	
Quotas de fundo de investimento exclusivo.....						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	361.237	361.237	200.829	200.829	152.110	152.110
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	24.692	24.692	23.046	23.046	2.452	2.452
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	-	-	147	147	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	2.984	2.984	3.307	3.307	-	-
Quotas de fundos de investimento aberto	9.552	9.552	9.531	9.531	10.007	10.007
Quotas de fundos de investimento - DPVAT.....	36.662	36.662	30.758	30.758	24.964	24.964
Outras aplicações.....	2	2	1.308	1.308	10.965	10.965
	435.129	435.129	268.926	268.926	200.498	200.498

	31/12/2012		31/12/2012		31/12/2012	
	Aplicações	Resgates	Resgates	Rendimento	Aplicações	Rendimento
	(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)	
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	30.758	7.211	(3.854)	2.547	36.662	36.662
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	200.829	452.261	(308.806)	16.953	361.237	361.237
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	23.046	-	-	1.646	24.692	24.692
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	3.307	-	-	(323)	2.984	2.984
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	147	4.809	(4.869)	(87)	-	-
Quotas de fundos de investimentos..	9.531	-	(550)	571	9.552	9.552
Outras aplicações.....	1.308	2	(1.305)	(3)	10.965	10.965
	268.926	464.283	(319.384)	21.304	435.129	435.129

	01/01/2012		31/12/2012		31/12/2012	
	Aplicações	Resgates	Resgates	Rendimento	Aplicações	Rendimento
	(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)	
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	24.964	8.828	(13.472)	10.438	30.758	30.758
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	152.110	432.791	(396.761)	12.689	200.829	200.829
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	2.452	271.108	(254.355)	3.841	23.046	23.046
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	-	3.170	-	137	3.307	3.307
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	-	16.553	(16.489)	83	147	147
Quotas de fundos de investimentos..	10.007	542.125	(541.275)	(1.326)	9.531	9.531
Outras aplicações.....	10.965	-	(9.657)	-	1.308	1.308
	200.498	1.274.575	(1.232.009)	25.862	268.926	268.926

7.2. Títulos disponíveis para venda
O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor justo das aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda eram os seguintes:

	31/12/2013		31/12/2012		01/01/2012	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
			(reapresentado)		(reapresentado)	
Outras aplicações.....	486	486	567	567	524	524

Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired* e nem tampouco existe a expectativa de que a Seguradora incorrerá em perdas em seu valor recuperável.

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
				(reapresentado)			(reapresentado)		
Fundo de investimento exclusivo									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	361.237	-	361.237	200.829	-	200.829	152.110	-	152.110
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	24.692	-	24.692	23.046	-	23.046	2.452	-	2.452
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B.....	-	-	-	147	-	147	-	-	-

9. Ativos e passivos de resseguros
9.1. Ativos de resseguros líquidos

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Ativos de resseguros	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Ativos de resseguros	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Ativos de resseguros	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Automóveis.....	2.392	-	2.392	1.017	(54)	963	2.367	(54)	2.313
Ramos elementares.....	6.664	-	6.664	3.893	(187)	3.706	5.905	(188)	5.717
Transportes.....	2.769	-	2.769	1.939	(473)	1.466	2.218	(472)	1.746
Vida.....	10.310	-	10.310	10.871	-	10.871	8.289	-	8.289
	22.135	-	22.135	17.720	(714)	17.006	18.779	(714)	18.065

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
				(reapresentado)			(reapresentado)		
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F.....	2.984	-	2.984	3.307	-	3.307	-	-	-
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	36.662	-	36.662	30.758	-	30.758	24.964	-	24.964
Outras aplicações.....	-	2	2	-	1.308	1.308	-	10.965	10.965
Quotas de fundos de investimentos.....	9.552	-	9.552	9.531	-	9.531	10.007	-	10.007
	435.127	2	435.129	267.618	1.308	268.926	189.533	10.965	200.498

7.4. Classificação por categoria e faixa de vencimento	31/12/2013				
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil e de mercado
Títulos para negociação					
Fundo de investimento exclusivo					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	233.203	128.034	-	361.237
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	24.692	-	-	24.692
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F..	-	-	2.984	-	2.984
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	36.662	-	-	-	36.662
Outras aplicações.....	-	2	-	-	2
Quotas de fundos de investimentos ...	9.552	-	-	-	9.552
Total.....	46.214	257.897	131.018	-	435.129

	31/12/2012				
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil e de mercado
Títulos para negociação					
Fundo de investimento exclusivo					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	105.983	94.846	-	200.829
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	-	-	23.046	-	23.046
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B..	-	-	-	147	147
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F..	-	-	3.307	-	3.307
Quotas de FI renda fixa - DPVAT.....	30.758	-	-	-	30.758
Outras aplicações.....	-	1.308	-	-	1.308
Quotas de fundos de investimentos ...	9.531	-	-	-	9.531
Total.....	40.289	107.291	121.199	147	268.926

8. Prêmios a receber	31/12/2012			01/01/2012		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A composição dos prêmios a receber de segurados era como segue:						
Composição dos créditos das operações com seguros	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2012	31/12/2012	01/01/2012
		(reapresentado)	(reapresentado)			
Prêmios a receber de segurados - emitidos.....	273.776	122.505	61.345	273.776	122.505	61.345
Prêmios a receber de segurados - não emitidos.....	84.212	47.304	20.096	84.212	47.304	20.096
Operações com seguradoras.....	22.289	13.106	7.601	22.289	13.106	7.601
Outros créditos operacionais.....	2	2	2	2	2	2
	380.279	182.917	89.044	380.279	182.917	89.044
Redução ao valor recuperável						
Prêmios a receber de segurados.....	(6.872)	(4.882)	(3.845)	(6.872)	(4.882)	(3.845)
Total.....	373.407	178.035	85.199	373.407	178.035	85.199

Demonstramos a seguir o <i>aging-list</i> dos prêmios a receber:	31/12/2013		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Aging de valores a receber.....	380.279	(6.872)	373.407
A vencer.....	295.207	-	295.207
De 1 a 30 dias.....	158.775	-	158.775
De 31 a 60 dias.....	45.100	-	45.100
De 61 a 120 dias.....	53.994	-	53.994
Superior a 121 dias.....	37.338	-	37.338
Vencidos.....	85.072	(6.872)	78.200
De 1 a 30 dias.....	29.305	-	29.305
De 31 a 60 dias.....	13.673	-	13.673
De 61 a 120 dias.....	13.182	(352)	12.830
Superior a 121 dias.....	28.912	(6.520)	22.392

	31/12/2012		
	Prêmios a receber bruto	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Aging de valores a receber.....	182.917	(4.882)	17

9.2. Passivos de resseguros

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Prêmios de resseguro cedido.....	43.254	39.429	35.641
Comissão.....	(7.594)	(5.271)	(6.654)
Outros.....	2.797	-	5.405
	38.457	34.158	34.391

9.3. Movimentação dos ativos de resseguro

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
No início do exercício.....	17.720	18.779	13.508
Inclusões.....	131.759	177.137	141.903
Baixas.....	(127.344)	(178.196)	(136.632)
No final do exercício.....	22.135	17.720	18.779

10. Outros valores e bens

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		01/01/2012 (reapresentado)	
	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor	Redução ao valor recuperável	Valor	Redução ao valor recuperável
Salvados.....	24.303	(1.288)	23.015	7.939	5.075	4.715
Ressarcimentos.....	2.653	-	2.653	1.694	392	-
Resseguro.....	(563)	-	(563)	(618)	(309)	-
Almoxarifado.....	88	-	88	71	126	-
	26.481	(1.288)	25.193	9.086	6.222	4.924

10.1. Salvados e ressarcimentos

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		01/01/2012 (reapresentado)	
	Salvados ressarcimentos	Redução ao valor recuperável líquido	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável líquido	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável líquido
Automóveis.....	24.193	(1.288)	22.905	7.869	5.005	4.949
Transporte.....	2.635	-	2.635	1.653	117	-
Ramos elementares..	128	-	128	111	41	-
	26.956	(1.288)	25.668	9.633	5.107	(2.083)

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		01/01/2012 (reapresentado)	
	Salvados	Redução ao valor recuperável	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável
De 1 a 30 dias.....	372	-	2.653	-	-	-
De 31 a 60 dias.....	731	-	-	-	-	-
De 61 a 365 dias.....	17.894	-	-	-	-	-
Superior a 365 dias.....	5.306	-	-	-	(1.288)	-
	24.303	(1.288)	25.668	2.653	(1.288)	25.668

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		01/01/2012 (reapresentado)	
	Salvados	Redução ao valor recuperável	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável
De 1 a 30 dias.....	1.470	-	1.694	-	-	-
De 31 a 60 dias.....	1.517	-	-	-	-	-
De 61 a 365 dias.....	2.088	-	-	-	-	-
Superior a 365 dias.....	2.864	-	-	-	(2.864)	-
	7.939	(1.288)	6.769	1.694	(2.864)	6.769

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		01/01/2012 (reapresentado)	
	Salvados	Redução ao valor recuperável	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável	Salvados e ressarcimentos	Redução ao valor recuperável
De 1 a 30 dias.....	849	-	392	-	-	-
De 31 a 60 dias.....	674	-	-	-	-	-
De 61 a 365 dias.....	1.109	-	-	-	-	-
Superior a 365 dias.....	2.083	-	-	-	(2.083)	-
	4.715	(2.083)	3.024	392	(2.083)	3.024

11. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Automóveis.....	51.818	27.032	14.026
Ramos elementares.....	9.257	5.891	6.035
Transportes.....	4.879	389	542
Vida.....	3.743	579	325
	69.697	33.891	20.928

15. Provisões para contingências e depósitos judicial

Probabilidade de perda	Contingências fiscais				Contingências trabalhistas				Contingências cíveis			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor provisionado	Valor depositado	Valor provisionado	Quantidade	Valor provisionado	Valor depositado	Valor provisionado
Provável.....	2	110	110	122	5	695	145	116	71	9.547	6.207	1.679
Possível.....	6	3.566	-	1.299	3	-	1.151	-	311	-	15.711	-
Remota.....	4	189	-	5.571	1	-	5.451	-	110	-	246	-
	12	3.865	110	6.992	9	695	6.747	116	492	9.547	22.164	1.679

Probabilidade de perda	Contingências trabalhistas				Contingências cíveis			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado	Quantidade	Valor provisionado	Valor depositado	Valor provisionado
Provável.....	9	591	591	465	7	327	121	191
Possível.....	28	1.754	-	14	22	-	6	-
Remota.....	4	105	-	-	4	-	-	-
	41	2.450	591	479	33	327	127	191

Probabilidade de perda	Contingências cíveis			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor depositado
Provável.....	122	2.236	2.236	6.936
Possível.....	280	23.875	-	17.533
Remota.....	113	3.662	-	214
	515	29.772	2.236	24.682

Sinistros

As contingências passivas relacionadas a sinistros estão parcialmente provisionadas na rubrica "Sinistros a liquidar". Com base nos pareceres dos consultores jurídicos da Seguradora, foram constituídas provisões suficientes para garantir prováveis perdas com estas ações.

Fiscais, trabalhistas e cíveis

Referem-se, basicamente, a:

- Fiscais - processos relativos a parcelamento da COFINS deferido pela Secretaria da Receita Federal e cobrança de ICMS sobre salvados nas praças Rio de Janeiro e São Paulo. Não são esperadas perdas nessas ações, motivo pelo qual não foi constituída provisão. Há também um processo referente à cobrança de ISS não retido na fonte, cuja perda está classificada como provável, portanto provisionada pela Seguradora.
- Trabalhistas - pedidos de direitos e indenizações trabalhistas.
- Cíveis - referem-se basicamente a ações decorrentes do curso normal das operações que, na opinião dos consultores jurídicos da Seguradora, apresentam risco de perda provável ou expectativa de saída de caixa. A Seguradora é ré em um processo contendo pedido de indenização por alegada quebra de contrato na utilização dos serviços de assistência médica aos segurados e consequentes danos morais, originados da época em que a Seguradora operava no ramo saúde. Durante o exercício de 2013, por ganhos em instâncias inferiores, houve uma reclassificação da probabilidade de perda dessa causa, passando de provável para possível. Desta forma, foram revertidos R\$ 7.500 de contingência cível, tendo sido registrado na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais", na demonstração do resultado do exercício.

15.1. Movimentação de provisões para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	31/12/2013			31/12/2012 (reapresentado)			01/01/2012 (reapresentado)		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
No início do exercício.....	695	327	9.547	116	191	1.679	117	202	2.172
Constituições/ reestimativas.....	-	264	(6.263)	585	194	8.193	-	70	1.368
Liquidações.....	(585)	-	(1.048)	(6)	(58)	(325)	(1)	(81)	(1.862)
No final do exercício.....	110	591	2.236	695	327	9.547	116	191	1.679

Abaixo demonstramos a movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
No início do exercício.....	33.891	20.928	20.210
Constituições.....	146.593	32.510	21.108
Baixa.....	(110.519)	(19.547)	(20.390)
No final do exercício.....	69.697	33.891	20.928

12. Investimentos

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Participações societárias	-	1.474	1.474
Ações do IRB Brasil RE.....	-	189	179
Outros investimentos.....	202	1.663	1.653

Imóveis destinados a renda

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Terrenos/Edificações.....	-	-	1.768
Depreciação.....	-	-	(602)
	-	-	1.166

Outros investimentos

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Obras de arte.....	59	59	59
	59	59	59
	261	1.722	2.878

Em julho de 2013, foi efetivada a venda do investimento que a Companhia possuía no IRB Brasil RE, no valor de custo de R\$ 1.474 mil, pelo valor de R\$ 8.524 mil. O ganho nessa venda está contabilizado na rubrica Ganhos com Ativos Não Correntes.

13. Imobilizado

	01/01/2012 (reapresentado)		Adições		Baixas		Despesas de depreciação		31/12/2012 (reapresentado)		Taxa anual de depreciação (%)
Terrenos.....	204	-	-	-	-	-	-	-	204	-	-
Edificações.....	193	-	-	(8)	-	-	-	-	185	4	4
Equipamentos de informática	758	1.535	-	(425)	-	-	-	-	1.868	20	20
Móveis, máquinas e utensílios	1.215	570	-	(120)	-	-	-	-	1.665	10	10
Veículos.....	779	50	(128)	(180)	-	-	-	-	521	20	20
Benfeitoria em imóvel de terceiros.....	-	1.497	-	(76)	-	-	-	-	1.421	20	20
Outras imobilizações.....	98	44	(3)	(21)	-	-	-	-	118	20	20
	3.247	3.696	(131)	(830)	-	-	-	-	5.982	20	20

	31/12/2012 (reapresentado)		Adições		Baixas		Despesas de depreciação		31/12/2013		Taxa anual de depreciação (%)
Terrenos.....	204	-	(93)	-	-	-	-	-	111	-	-
Edificações.....	185	-	(108)	(5)	-	-	-	-	72	4	4
Equipamentos de informática	1.868	1.941	-	(377)	-	-	-	-	3.432	20	20
Móveis, máquinas e utensílios	1.665	498	-	(87)	-	-	-	-	2.076	10	10
Veículos.....	521	-	(114)	(112)	-	-	-	-	295	20	20
Benfeitoria em imóvel de terceiros.....	1.421	684	-	(370)	-	-	-	-	1.735	20	20
Outras imobilizações.....	118	48	-	(27)	-	-	-	-	140	20	20
	5.982	3.171	(315)	(978)	-	-	-	-	7.860	20	20

14. Intangível

	31/12/2012 (reapresentado)		Adições		Despesas de amortização		31/12/2013		Taxa de amortização anual (%)	
Desenvolvimento de sistemas de informação	1.789	5.386	-	(796)	-	-	-	-	6.379	20
	1.789	5.386	(796)	-	-	-	-	6.379	20	20

Referem-se substancialmente a gastos com a implantação de sistema corporativo, com o objetivo de aprimorar processos operacionais e os serviços prestados pela Seguradora.

16. Provisões técnicas

16.1. Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

	Provisão bruta de resseguro			Parcela resseguro			Provisão líquida		
	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Incêndio									
Provisões prêmios não ganhos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sinistros a liquidar	6.010	6.514	6.322	(727)	(1.106)	(989)	5.283	5.408	5.333
Sinistros ocorridos e não avisados	359	215	698	(82)	(87)	(398)	277	128	300
	6.369	6.729	7.020	(809)	(1.193)	(1.387)	5.560	5.536	5.633
Compreensivo residencial									
Provisões de prêmios não ganhos	3.485	2.922	2.270	(1.375)	(301)	(240)	2.110	2.621	2.030
Sinistros a liquidar	1.579	1.505	726	(164)	(11)	2	1.415	1.494	728
Sinistros ocorridos e não avisados	255	127	341	(58)	(44)	(194)	197	83	147
	5.319	4.554	3.337	(1.597)	(356)	(432)	3.722	4.198	2.905
Compreensivo condomínio									
Provisões de prêmios não ganhos	544	361	335	(239)	(145)	(63)	305	216	272
Sinistros a liquidar	126	257	159	(60)	(178)	(88)	66	79	71
Sinistros ocorridos e não avisados	28	27	29	(6)	(11)	(17)	22	16	12
	698	645	523	(305)	(334)	(168)	393	311	355
Compreensivo empresarial									
Provisões de prêmios não ganhos	10.655	11.727	10.991	(5.247)	(4.034)	(3.141)	5.408	7.693	7.850
Sinistros a liquidar	11.242	13.424	14.141	(4.213)	(6.119)	(7.555)	7.029	7.305	6.586
Sinistros ocorridos e não avisados	1.539	1.051	1.889	(351)	(425)	(1.078)	1.188	626	811
	23.436	26.202	27.021	(9.811)	(10.578)	(11.774)	13.625	15.624	15.247
Automóvel/RCF									
Provisões de prêmios não ganhos	283.912	140.954	60.795	(823)	(810)	(23)	283.089	140.144	60.772
Sinistros a liquidar	135.630	62.359	38.083	(11.782)	(9.588)	(8.510)	123.848	52.771	29.573
Sinistros ocorridos e não avisados	38.549	11.192	4.486	(92)	(62)	(45)	38.457	11.130	4.441
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	458.091	214.504	103.364	(12.697)	(10.460)	(8.578)	445.394	205.942	94.786
Transporte nacional/Internacional									
Provisões de prêmios não ganhos	7.225	1.922	1.946	(306)	(147)	(154)	6.919	1.775	1.792
Sinistros a liquidar	22.540	13.249	35.620	(1.748)	(3.189)	(27.056)	20.792	10.060	8.564
Sinistros ocorridos e não avisados	2.805	1.317	2.366	(310)	(415)	(1.349)	2.495	902	1.017
	32.570	16.488	39.932	(2.364)	(3.751)	(28.559)	30.206	12.737	11.373
Cascos/aeronáuticos									
Provisões de prêmios não ganhos	2.313	1.976	1.177	(687)	(722)	(433)	1.626	1.254	744
Sinistros a liquidar	2.354	6.818	2.737	(1.545)	(5.908)	(2.053)	809	910	684
Sinistros ocorridos e não avisados	499	414	179	(113)	(167)	(101)	386	247	78
	5.166	9.208	4.093	(2.345)	(6.797)	(2.587)	2.821	2.411	1.506
Responsabilidade civil									
Provisões de prêmios não ganhos	4.003	4.245	3.151	(716)	(2.017)	(1.314)	3.287	2.228	1.837
Sinistros a liquidar	18.645	13.701	12.268	(13.782)	(8.609)	(8.100)	4.863	5.092	4.168
Sinistros ocorridos e não avisados	1.145	483	570	(260)	(190)	(322)	885	293	248
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	23.793	18.429	15.989	(14.758)	(10.816)	(9.736)	9.035	7.613	6.253
Vida/acidentes pessoais									
Provisões de prêmios não ganhos	732	148	1.229	(367)	(40)	(34)	365	108	1.195
Sinistros a liquidar	41.252	54.797	33.534	(21.387)	(23.693)	(15.553)	19.865	31.104	17.981
Sinistros ocorridos e não avisados	28.599	35.726	21.242	(19.531)	(17.796)	(7.935)	9.068	17.930	13.307
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	70.583	90.671	56.005	(41.285)	(41.529)	(23.522)	29.298	49.142	32.483
Engenharia									
Provisões de prêmios não ganhos	5.582	2.956	727	(3.315)	(282)	(438)	2.267	2.674	289
Sinistros a liquidar	2.905	1.071	644	(2.401)	(1.098)	(684)	504	(27)	(40)
Sinistros ocorridos e não avisados	280	39	19	(63)	(15)	(10)	217	24	9
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	8.767	4.066	1.390	(5.779)	(1.395)	(1.132)	2.988	2.671	258
Riscos diversos									
Provisões de prêmios não ganhos	2.325	1.417	852	(921)	-	(69)	1.404	1.417	783
Sinistros a liquidar	2.782	4.128	3.016	(409)	-	(936)	2.373	4.128	2.080
Sinistros ocorridos e não avisados	284	157	277	(62)	(61)	(157)	222	96	120
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	5.391	5.702	4.145	(1.392)	(61)	(1.162)	3.999	5.641	2.983
Prestamista									
Provisões de prêmios não ganhos	274	1.723	1.987	-	-	-	274	1.723	1.987
Sinistros a liquidar	2.176	1.619	1.484	(130)	-	(1)	2.046	1.619	1.483
Sinistros ocorridos e não avisados	1.413	1.700	2.681	(886)	(324)	(993)	527	1376	1.688
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	3.863	5.042	6.152	(1.016)	(324)	(994)	2.847	4.718	5.158
DPVAT									
Provisões de prêmios não ganhos	-	-	-	-	(3.517)	-	-	(3.517)	-
Sinistros a liquidar	20.012	16.151	134	-	(17.078)	(18)	20.012	(927)	116
Sinistros ocorridos e não avisados	16.471	14.318	-	-	-	-	16.471	14.318	-
Outras provisões para despesas administrativas	163	412	-	-	-	-	163	412	-
	36.646	30.881	134	-	(20.595)	(18)	36.646	10.286	116
Riscos nomeados									
Provisões de prêmios não ganhos	9.777	4.085	3.758	(6.169)	(14)	(3.000)	3.608	4.071	758
Sinistros a liquidar	708	17.304	17.679	(391)	(4.082)	(17.568)	317	13.222	111
Sinistros ocorridos e não avisados	680	639	105	(155)	(259)	(60)	525	380	45
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11.165	22.028	21.542	(6.715)	(4.355)	(20.628)	4.450	17.673	914
Demais									
Provisões de prêmios não ganhos	912	935	1.171	(18)	(2.638)	(111)	894	(1.703)	1.060
Sinistros a liquidar	9.633	4.776	20.509	(7.072)	(932)	(2.660)	2.561	3.844	17.849
Sinistros ocorridos e não avisados	466	158	8.226	(98)	(60)	(24)	367	98	8.202
Outras provisões para despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	11.010	5.869	29.906	(7.188)	(3.630)	(2.795)	3.822	2.239	27.111
Total	702.867	461.019	320.553	(108.061)	(116.174)	(113.472)	594.806	344.845	207.081

16.2. Movimentação das provisões técnicas

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)	
	Passivos de seguros	Ativos de resseguros	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados
Saldos em 31 de dezembro de 2012	461.019	116.174	-	-
Variação de PPNG	157.586	5.514	-	-
Sinistros avisados/ajustados	462.980	48.311	-	-
Correção monetária de sinistros	349	230	-	-
Pagamentos e recebimentos	(402.823)	(64.274)	-	-
Variação IBNR	23.508	2.106	-	-
Variação outras provisões	248	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	702.867	108.061		
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (reapresentado)	322.700	113.472	-	-
Variação de PPNG	84.982	5.638	-	-
Sinistros avisados/ajustados	265.277	46.416	-	-
Correção monetária de sinistros	2.651	314	-	-
Pagamentos e recebimentos	(235.750)	(56.898)	-	-
Variação IBNR	24.454	7.232	-	-
Variação outras provisões	(3.295)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	461.019	116.174		

16.3. Provisões técnicas de resseguros

Ramos	31/12/2013		01/01/2012 (reapresentado)	
	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar	Provisão de prêmios não ganhos	Sinistros a liquidar
Incêndio	-	727	-	82
Compreensivo residencial	1.375	164	240	58
Compreensivo condomínio	239	58	63	6
Compreensivo empresarial	5.247	4.213	3.141	7.555
Automóvel/RCF	823	11.782	23	8.510
Transporte nacional/Internacional	306	1.748	154	27.056
Cascos/aeronáuticos	687	1.545	433	2.053
Responsabilidade civil	716	13.782	1.314	8.100
Vida/acidentes pessoais	367	21.387	34	15.553
Engenharia	3.315	2.401	111	2.678
Riscos diversos	921	409	-	1
Prestamista	-	130	-	684
Riscos nomeados	6.169	391	69	935
Demais	18	7.072	3.000	17.568
	20.183	65.809	9.020	91.768

16.4. Garantias das provisões técnicas

Os valores contábeis das aplicações vinculadas a SUSEP em coberturas de provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Provisões técnicas - seguros.....	702.867	461.019	320.553
Exclusões			
Provisões técnicas - resseguros	(108.061)	(116.174)	(113.472)
Direitos creditórios.....	(194.859)	(98.537)	(43.322)
Outras.....	(42.409)	(38.257)	(25.619)
Total das exclusões.....	(345.329)	(252.968)	(182.413)
Provisões técnicas para cobertura	357.538	208.051	138.140
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas			
Quotas de fundos de investimento.....	398.465	231.126	170.932
Debêntures.....	-	1.315	1.266
Total das garantias das provisões técnicas.....	398.465	232.441	172.198
Suficiência.....	40.927	24.390	34.058

17. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Estão sendo considerados da análise abaixo os sinistros avisados e pagos no mesmo ano, uma vez que não há incerteza sobre o montante e tempestividade da indenização, conforme CPC 11 parágrafo 39, alínea (c) (iii).

17.1. Sinistros brutos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso.....	46.809	7.815	13.679	29.939	27.197	175.968	-
Um ano após o aviso	52.981	34.333	16.131	36.438	32.143	-	-
Dois anos após o aviso	56.186	37.924	18.016	34.817	-	-	-
Três anos após o aviso	79.614	29.825	19.493	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	82.733	31.006	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	89.123	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2013).....	89.123	31.006	19.493	34.817	32.143	175.968	382.550
Pagamentos de sinistros Efetuados.....	(43.872)	(22.697)	(10.466)	(20.921)	(17.586)	-	(115.542)
Sinistros pendentes.....	45.251	8.309	9.027	13.896	14.557	175.968	267.008
DPVAT e retrocessão	-	-	-	-	-	-	10.585
Sinistros pendentes - contábil (Nota 18).....	-	-	-	-	-	-	277.953

17.2. Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Montante estimado para os sinistros							
No ano do aviso.....	10.873	4.003	5.036	10.345	14.137	151.773	-
Um ano após o aviso	10.847	4.995	6.133	13.772	17.884	-	-
Dois anos após o aviso	13.412	7.506	7.312	13.069	-	-	-
Três anos após o aviso	27.793	7.704	8.502	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	28.875	8.071	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	31.895	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base (2013).....	31.895	8.071	8.502	13.069	17.884	151.773	(231.194)
Pagamentos de sinistros efetuados	(6.754)	(4.093)	(3.602)	(7.947)	(7.601)	-	(29.996)
Sinistros pendentes.....	25.141	3.979	4.900	5.122	10.283	151.773	201.198
DPVAT e retrocessão	-	-	-	-	-	-	10.585
Sinistros pendentes - contábil (Nota 18).....	-	-	-	-	-	-	211.783

18. Provisão de sinistros a liquidar
18.1. Movimentação de sinistros a liquidar

Descrição	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro	Líquido de resseguro
No início do exercício ...	205.295	(81.591)	123.704	80.658
Constituições/ reestimativas	(472.029)	48.310	(423.719)	(191.367)
Liquidações	535.320	(32.528)	502.792	232.078
Atualizações	631	-	631	2.335
	269.217	(65.809)	203.408	123.704
DPVAT.....	20.012	-	20.012	16.017
	289.229	(65.809)	223.420	139.721
				97.366

18.2. Aging de sinistros a liquidar

	Bruto de resseguro	Resseguro	Líquido de resseguro
De 0 a 30 dias	39.951	(3.481)	36.469
De 31 a 60 dias	45.710	(5.370)	40.340
De 61 a 365 dias	87.662	(13.862)	73.800
Acima de 365 dias.....	95.894	(43.096)	52.798
	269.217	(65.340)	203.877

18.3. Sinistros judiciais

Probabilidade de perda	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		Líquido de resseguro
	Quantidade	Valor reclamado bruto	Valor provisionado bruto	bruto	resseguro
Provável.....	613	57.099	57.099	57.099	35.781
Possível.....	872	71.658	19.402	19.402	11.245
Remota.....	307	22.442	2.250	2.250	1.586
	1.792	151.199	78.751	78.751	48.612
Probabilidade de perda	31/12/2012 (reapresentado)		31/12/2012 (reapresentado)		Líquido de resseguro
	Quantidade	Valor reclamado bruto	Valor provisionado bruto	bruto	resseguro
Provável.....	454	38.609	38.609	38.609	24.228
Possível.....	892	80.252	26.991	26.991	12.599
Remota.....	383	26.968	3.874	3.874	1.933
	1.729	145.829	69.474	69.474	38.760

19. Patrimônio líquido
19.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	31/12/2013		31/12/2012 (reapresentado)		01/01/2012 (reapresentado)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas domiciliados no país	-	-	169.471	0,04	169.471	0,01
Acionistas domiciliados no exterior.....	102.299	100	4.433.295.830	99,96	2.135.294.790	99,99
	102.299	100	4.433.465.301	100	2.135.464.261	100

Em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de janeiro de 2013, rerratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de 04 de janeiro de 2013, os acionistas aprovaram o grupamento das 4.433.465.301 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, na proporção de 100.000 para 1, da mesma espécie. Tal agrupamento foi aprovado em maio de 2013. **19.2. Aumentos de capital:** Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de agosto de 2012, re-ratificada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias de 13 de novembro de 2012 e 04 de janeiro de 2013, os acionistas aprovaram o aumento de capital social em espécie de R\$ 45.000 com emissão de 1.450.263.686 novas ações, elevando-o de R\$ 233.611 para R\$ 278.611, representado por 4.433.465.301 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Tal aumento foi aprovado pela SUSEP em maio de 2013. Em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de maio de 2012, os acionistas aprovaram o aumento de capital social em espécie de R\$ 35.000 com emissão de 847.737.354 novas ações, elevando-o de R\$ 198.611 para R\$ 233.611, representado por 2.983.201.615 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Tal aumento foi aprovado pela SUSEP em novembro de 2012. No exercício de 2013 foram realizadas 3 (três) Assembleias Extraordinárias para aumento de capital social por subscrição de ações em dinheiro. Ao todo, o capital social da Companhia foi elevado em R\$ 129.484, com a emissão de 57.967 ações no ano. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de maio de 2013, os acionistas deliberam o aumento do capital social no montante de R\$ 45.000, com a emissão de 19.624 novas ações, elevando-se o capital de R\$ 278.611 para R\$ 323.611, representado por 63.956 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi homologado pela SUSEP em novembro de 2013. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de outubro de 2013, os acionistas deliberam o aumento do capital social no montante de R\$ 34.306, com a emissão de 14.717 novas ações, elevando-se o capital de R\$ 323.611 para R\$ 357.917, representado por 78.673 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato encontra-se em apreciação na SUSEP. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2013, os acionistas deliberam o aumento do capital social no montante de R\$ 50.178, com a emissão de 23.626 novas ações, elevando-se o capital de R\$ 357.917 para R\$ 408.096, representado por 102.299 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato encontra-se em apre-

ciação na SUSEP. Ressalta-se que a Assembleia Geral Extraordinária de 27 de agosto de 2012 foi rerratificada em 04 de janeiro de 2013 a fim de constar o aumento do capital social em R\$ 45.000, com a emissão de 1.450.263.686 novas ações, elevando-se o capital de R\$ 233.611 para R\$ 278.611, representado por 4.433.465.301 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O ato foi aprovado pela SUSEP em fevereiro de 2013. **19.3. Reserva de reavaliação:** Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, a Seguradora optou por não estornar o saldo da reserva de reavaliação existente em 31 de dezembro de 2008, mantendo apenas sua depreciação, mantendo apenas sua depreciação. **20. Ramos de atuação da Seguradora:** Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Prêmio ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Em 31 de dezembro de 2013			
Automóveis/RCF-V.....	429.893	80	14
Vida/acidentes pessoais.....	101.232	46	13
Demais	164.543	57	18
	695.668	70	15
Em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)			
Automóveis/RCF-V.....	151.695	81	20
Vida/acidentes pessoais.....	94.406	92	11
Demais	104.112	59	15
	350.213	78	16

21. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital (EC): Entre os anos de 2002 e 2007, o capital mínimo para operação, exigido das sociedades seguradoras, era definido pela Resolução CNSP nº 73/02, sendo composto apenas de um valor definido conforme as regiões do país em que operavam. Este capital mínimo era comparado com a Margem de Solvência (MS) definida pela Resolução CNSP nº 08/89, sendo exigido o maior entre os dois valores. Entre os anos de 2002 e 2007, o capital mínimo para operação, exigido das sociedades seguradoras, era definido pela Resolução CNSP nº 73/02, sendo composto apenas de um valor definido conforme as regiões do país em que operavam. Este capital mínimo era comparado com a Margem de Solvência (MS) definida pela Resolução CNSP nº 08/89, sendo exigido o maior entre os dois valores. Em janeiro de 2008, entrou em vigor a Resolução CNSP nº 178/07, instituindo o Capital Mínimo Requerido (CMR) para as sociedades seguradoras, obtido pela soma de um Capital Base, definido conforme as regiões de operação, mais um Capital Adicional calculado de forma a refletir com maior precisão os riscos suportados por cada sociedade seguradora. Ao mesmo tempo, entrou em vigor a Resolução CNSP nº 158/06, com anexos alterados pela Circular SUSEP nº 355/07, instituindo o Capital Adicional baseado no Risco de Subscrição referente às operações de danos. Em janeiro de 2011, houve mudanças no cálculo dos requerimentos de capital, com a entrada em vigor de novas normas e a introdução do Capital Adicional baseado no Risco de Crédito. Por fim, em 2013 houve novas mudanças, com destaque para a alteração da denominação do Capital Adicional, que passou a se chamar Capital de Risco, incorporando o Capital de Risco baseado no Risco Operacional, e estabelecendo novos critérios para o cálculo do Capital Mínimo Requerido, tornando-o equivalente ao maior valor entre o Capital Base, o Capital de Risco e a Margem de Solvência. Em 31 de dezembro, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), a margem de solvência e o capital mínimo requerido, podem ser assim demonstrados:

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)	01/01/2012 (reapresentado)
Patrimônio líquido contábil	238.262	124.761	88.281
Despesas antecipadas.....	(35)	(90)	(57)
Participações societárias.....	(202)	(1.663)	(1.653)
Obras de arte	(59)	(59)	(59)
Intangível.....	(6.379)	(1.789)	(2.643)
Patrimônio líquido ajustado (i).....	231.587	121.160	83.869
(a) Margem de Solvência - prêmio	150.696	72.037	60.957
(b) Margem de Solvência - sinistro.....	92.808	64.428	56.060
(c) Margem de solvência (maior valor entre (a) e (b)).....	150.696	72.037	60.957
Capital base - CB.....	15.000	15.000	15.000
Capital risco de subscrição.....	157.824	68.964	49.385
Capital risco de crédito (ii).....	11.681	9.405	8.360
Capital - risco operacional (iii).....	6.153	-	-
Benefício da diversificação.....	(5.528)	(4.254)	(3.693)
(d) Capital mínimo requerido - CMR (iv).....	185.130	89.115	69.052
Suficiência de capital (PLA - CMR).....	46.457	32.045	14.817

(i) Em 6 de dezembro de 2010, foi aprovada a Resolução CNSP nº 222 que alterou o cálculo do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais a partir de 1º de janeiro de 2011. (ii) Em 1º de janeiro de 2011, entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 06 de dezembro de 2010, a qual dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais. (iii) Em 18 de fevereiro de 2013, foi publicada a Resolução CNSP nº 283 de 30 de janeiro de 2013 que instituiu o capital de risco baseado no risco operacional, sendo alterado nesta mesma época, a nomenclatura e a forma de apuração do capital mínimo requerido. (iv) Em dezembro de 2012 o Capital Mínimo Requerido era obtido como sendo o maior valor entre a Margem de Solvência e o Capital Adicional. A partir de janeiro de 2013, o Capital Mínimo Requerido passou a ser obtido como sendo o maior valor entre o Capital base, a Margem de Solvência e o Capital de Risco. **22. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado**

	31/12/2013	31/12/2012 (reapresentado)
(a) Custo de aquisição		
Comissão sobre prêmios emitidos	(124.016)	(66.550)
Comissão de agenciamento	(6.306)	(2.609)
Recuperação de comissões	890	363
Outras despesas de comercialização	(9.403)	652
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	36.074	12.703
	(102.761)	(55.441)
(b) Outras despesas e receitas operacionais		
Receitas operacionais - Seguros.....	55.997	37.784
Receitas consórcio DPVAT	2.252	2.011
	58.249	39.795
Outras despesas operacionais		
Despesas operacionais - seguros	(61.994)	(18.614)
Provisão para riscos de créditos	(3.397)	(4.700)
Despesas com administração de apólices	(705)	(1.461)
Despesas com encargos dos corretores	(133)	(395)
Despesas com cobrança bancária	(4.171)	(2.512)
Lucros atribuídos	384	(1.663)
Outras despesas, líquidas	6.628	(9.159)
	(63.388)	(38.504)
	(5.139)	(1.291)
(c) Resultado com operações de resseguros		
Receitas com resseguro.....		
Indenizações de sinistros	48.310	46.416
Despesas de sinistros	957	1.989
IBNR.....	2.153	7.232
Participações lucros resseguros cedidos	-	1.274
	51.420	56.911
Despesas com resseguro		
Despesas com prêmio resseguro	(97.350)	(75.112)
Variações despesas de resseguros	5.515	5.275
Salvado ao ressegurador	(138)	3
Ressarcimento ao ressegurador	-	9
	(91.974)	(69.825)
	(40.554)	(12.914)
(d) Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio	(55.369)	(46.367)
Despesas com serviços de terceiros.....	(25.002)	(8.705)
Despesas com localização e funcionamento	(17.069)	(16.095)
Outras despesas administrativas	(6.241)	(5.238)
	(103.681)	(76.405)
(e) Despesas com tributos		
Despesas com PIS	(1.961)	(1.095)
Despesas com COFINS	(12.009)	(6.781)
Outras despesas com tributos.....	(2.617)	(1.611)
	(16.587)	(9.487)
(f) Resultado financeiro		
Receitas financeiras	-	-
Com operações de seguros e resseguros.....	7.494	3.866
Com títulos de renda		



Generali Brasil Seguros S.A.

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel. (21) 2508-0100

23. Imposto de renda e contribuição social: A Seguradora não apurou imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 em virtude de prejuízos tributários recorrentes. Em 31 de dezembro de 2013, a Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais no montante de R\$ 233.162 (R\$215.286 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 237.718 (R\$ 219.321 em 31 de dezembro de 2012). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias, em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com Circular SUSEP nº 430/12. Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a Seguradora exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A MP 627 possui um número relevante de emendas propostas e a Receita Federal do Brasil deverá, de acordo com a referida Medida, disciplinar diversas matérias. Dessa forma, é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou regulamentadas. Com base no

texto vigente estimamos que a MP 627 não gere efeitos contábeis relevantes nas demonstrações financeiras da Seguradora. A Seguradora aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal de 2014. **24. Transações com partes relacionadas:** A remuneração total dos administradores da Seguradora no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 4.762 (R\$ 3.069 em 31 de dezembro de 2012), as quais são benefícios de curto prazo. A Seguradora não possui transações relevantes realizadas diretamente com partes relacionadas, incluindo sua controladora Assicurazioni Generali S.p.A., não havendo portanto saldos relevantes em aberto no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e nem tampouco efeitos nas demonstrações do resultado relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A controladora Assicurazioni Generali S.p.A. recebe operações de retrocessão em algumas operações de resseguro realizadas pela Seguradora, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes.

DIRETORIA

José Antônio de A. Pedrosa Ribeiro
Diretor-Presidente
Valter Hime - **Diretor**

ATUÁRIO

Mário Luiz Alves da Costa - MIBA nº 933

CONTADOR

Cleide de Sant'Anna Pacheco - CRC/RJ nº 064163/O-8

PARECER ATUARIAL

"Efetuamos a avaliação atuarial desta Seguradora na data base de 31/12/13, observando o disposto na Circular SUSEP nº 272/04, nas orientações ao mercado e demais normas emanadas pela SUSEP e CNSP; mediante o uso dos princípios atuariais e da boa técnica, somos da opinião que as provisões técnicas estão adequadamente valoradas, calculadas e constituídas, com base nas informações disponíveis, possibilitando que a Seguradora possa honrar todos os seus compromissos com os segurados e terceiros. Recomendamos que a companhia direcione seus esforços no gerenciamento de riscos, na política de subscrição e reveja,

sobretudo, o critério tarifário de sua principal carteira, evitando-se assim, a necessidade de constituir a provisão complementar de cobertura. Realizamos o Teste de Adequação dos Passivos como determinado pela Circular SUSEP nº 457/2012, onde todas as provisões técnicas foram avaliadas considerando-se as informações atualizadas em dez-2013 e constatamos que as mesmas encontram-se adequadamente constituídas e suficientes para cumprir com os compromissos futuros. A íntegra da Avaliação Atuarial com o Parecer Atuarial está sendo encaminhada à SUSEP, nos termos da citada Circular SUSEP nº 272/04."

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ilmos. Srs. Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Generali Brasil Seguros S.A.** - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que as auditorias sejam planejadas e executadas com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria

obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da contabilização de prêmios emitidos antes do início de seu período de vigência, da reversão da provisão complementar de prêmios - PCP e da reclassificação dos salvados relacionados a sinistros avisados e ainda não liquidados, descritos na Nota 2.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria sem modificação, com datas de 27 de fevereiro de 2013 e 02 de fevereiro de 2012, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 e os valores correspondentes ao balanço patrimonial levantado em 01 de janeiro de 2012 (31 de dezembro de 2011). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre tais demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Roberto Martorelli
Contador CRC - 1RJ 106.103/O-0